



Avaliação de soberania alimentar em comunidades camponesas no Brasil *Assessment of food sovereignty in peasant communities in Brazil*

RESENDE-BRAGA, Maráisa¹; SOUZA, Renato Alves de²; PACÍFICO, Daniela³;
SIDDIQUE, Ilyas^{1,4}

¹LEAp/ Centro de Ciências Agrárias - UFSC, bragamaraissa@gmail.com; ²Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica; ³LERU/UFSC, daniela.pacifico@ufsc.br; ⁴ilysid@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo: Os sistemas agrícolas tradicionais e agroecológicos detêm atualmente um grande potencial para conservação dos conhecimentos tradicionais associados à conservação da biodiversidade. A Soberania Alimentar (SOBAL) alinha-se como um ótimo caminho para a sua manutenção. Neste contexto, nosso objetivo foi de construir uma avaliação multidimensional da SOBAL no nível local e compreender como ela se estrutura em comunidades camponesas contextualizadas no território. A avaliação foi elaborada e validada com especialistas gerando uma entrevista quali-quantitativa. Sua aplicação em comunidades tradicionais no semiárido mineiro mostrou inter-relações entre temas de distintos eixos da SOBAL. Como a perda de território que afetou o uso de recursos vegetais e hídricos, modos de cultivar, êxodo rural, convivência e colaboração dentro da comunidade. As fragilidades encontradas devem ser debatidas com as comunidades para a construção colaborativa de caminhos que consolidem sua soberania alimentar.

Palavras-chave: avaliação quali-quantitativa; comunidades tradicionais; contexto territorial; conhecimento tradicional.

Introdução

Desenhado como um paradigma alternativo ao atual sistema alimentar dominante, o conceito de soberania alimentar (SOBAL) foi elaborado a muitas mãos: agricultores, indígenas, pescadores, povos sem-terra, organizações camponesas, movimentos ambientais e urbanos (LA VÍA CAMPESINA, 2007). A SOBAL é definida por um controle social do sistema agroalimentar (CHAPPELL; SCHNEIDER, 2016), respeitando a adequação cultural do que é consumido e produzido em sistemas ecologicamente sustentáveis (LA VÍA CAMPESINA, 2007).

No Brasil, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (BRASIL, 2006), além de assegurar o direito humano à alimentação adequada, considera dimensões da SOBAL como o desenvolvimento de “práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”(BEZERRA, 2021). Os inquéritos que avaliam a SAN no Brasil (SEGALL-CORRÊA; KEPPEL, 2021) contemplam algumas dimensões da SOBAL, e outras precisam ser avaliadas para conseguirmos compreender de que forma a SAN pode ser mantida ao longo do tempo nos territórios. Por exemplo, cabe incluir questões relacionadas aos aspectos culturais e tradições alimentares; ao acesso às políticas públicas, à terra, às sementes crioulas e aos insumos; além de tentar entender quais são as organizações sociais e qual o



modelo de produção, de beneficiamento e comercialização. Iniciativas que promovem dimensões da SOBAL em comunidades agricultoras no Brasil e América Latina são reconhecidas e discutidas, ressaltando a manutenção da biodiversidade e redução da pobreza (MOTA; SILIPRANDI; PACHECO, 2021). Por outro lado, trabalhos que discutem a SOBAL em contextos específicos abordam parcialmente suas dimensões.

Desta forma, dedicamos esta pesquisa à avaliação da SOBAL no nível local, a partir da realização de entrevistas quali-quantitativa adequada à realidade brasileira, que considera a alta diversidade de sistemas agrícolas e que busca ter boa acurácia e precisão sobre os eixos avaliados. O objetivo do estudo é o de compreender como a soberania alimentar se estrutura em comunidades camponesas (COSTA; CARVALHO, 2012) (da agricultura agroecológica ou de sistemas agrícolas tradicionais) e quais seus pontos mais fragilizados. Além de contribuir como um elo entre aspectos quantitativos e qualitativos capazes de compreender as relações entre os padrões e os processos que os mantêm no contexto rural brasileiro.

Metodologia

As comunidades selecionadas distribuem-se na Mata Atlântica e Cerrado brasileiros, biomas que ocupam juntos 36,3% do território (IBGE, 2019). Contudo, estes são os biomas mais impactados no Brasil quanto às mudanças da cobertura natural da vegetação. Cerca de 81% das áreas convertidas na Mata Atlântica e 52% no Cerrado (SALAZAR *et al.*, 2015). Sendo que a principal causa é a expansão de plantações de soja, de pastagens para criação de gado e de espécies arbóreas (Pinus e Eucalipto) (SALAZAR *et al.*, 2015; SCHLICHTER; MONTES, 2012). Estas comunidades também estão em contextos territoriais distintos, com diferentes problemas e pressões socioambientais e econômicas influenciando sobre seus modelos de produção, acesso aos recursos, conhecimentos tradicionais, economia, etc.

As comunidades camponesas aqui estudadas são comunidades com sistemas agrícolas tradicionais (SATs) ou agroecológicos. E estão em distintas fases de seu reconhecimento como SATs ou como comunidades tradicionais. São elas: 1) Sistema Agrícola e Pesqueiro Tradicional dos Areais da Ribanceira, agricultores familiares, Imbituba, SC, planície costeira, Mata Atlântica; 2) Sistema de Roça de Toco em Biguaçu, agricultores familiares, Biguaçu, SC, Mata Atlântica; 3) Cooperativa Flor do Fruto, agricultores familiares agroecológicos, Biguaçu, SC, Mata Atlântica; 4) Boiada e Gameleira, comunidades Groteiras-Chapadeiras, Veredinha, MG, Cerrado; 5) Campo Alegre, comunidade de artesãs, Turmalina, MG, Cerrado; 6) Gentio, comunidade Groteira-Chapadeira e Quilombola, Turmalina, MG, Cerrado; 7) Monte Alegre, comunidade Quilombola, Veredinha, MG, Cerrado e 8) Morrinhos, comunidade Quilombola, Berilo, MG, Cerrado.

A entrevista foi elaborada a partir de uma revisão bibliográfica conceitual da Soberania Alimentar e também buscou por artigos que se propunham a avaliar



agroecossistemas no Brasil, ou a soberania alimentar em outros países no nível local, ou a segurança alimentar no Brasil. A partir dos indicadores compilados desenvolvemos um processo de validação utilizando a técnica Delphi (MARQUES; FREITAS, 2018), onde especialistas foram convidados(as) para estimar a importância de cada pergunta dentro do seu eixo e sua adequação para avaliar este quesito junto ao agricultor/ camponês. Este processo ocorreu de forma online. Depois de validada, a entrevista foi adaptada com perguntas fechadas com a escala Likert de respostas (de 1 a 5) e perguntas abertas em questões que exigiam aprofundamento qualitativo. Em seguida foram realizadas entrevistas em comunidades em Minas Gerais através da parceria com o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica que viabilizou o contato com as famílias. E agora segue a etapa em Santa Catarina.

A partir das entrevistas já realizadas, os 6 eixos da SOBAL tiveram suas perguntas ponderadas com pesos diferentes dependendo do número de perguntas dentro dos temas e dos eixos (FAO, 2014). Estes resultados estão aqui apresentados juntamente com uma análise descritiva dos processos envolvidos, bem como os próximos passos necessários à melhoria da entrevista.

Resultados e Discussão

A partir da revisão bibliográfica identificamos seis eixos temáticos: Acesso a recursos, Modelo de produção, Transformação e Comercialização, Direito humano à alimentação, Políticas agrárias e Organização da sociedade civil, e Cultura e Sistemas alimentares (LA VÍA CAMPESINA, 2007; ORTEGA, 2010; PIMBERT, 2018). No levantamento de indicadores encontramos um total de 204, dos quais selecionamos e transformamos em 167 perguntas abertas e fechadas que estão disponíveis em <https://drive.google.com/drive/folders/19LNUFre63z1OAiwYo4gowZYWcvi9kKhA?usp=sharing>. A entrevista foi realizada junto a 18 famílias interessadas em colaborar com a pesquisa.

No contexto socioambiental, identificamos um conjunto de comunidades inseridas em um território com problemas de perda de áreas das comunidades para plantações de eucalipto e de déficit hídrico desde o início dos anos 2000 (PEREIRA FERNANDES DA SILVA *et al.*, 2022) (comunidades de Gentio, Gameleira, Boiada, Campo Alegre e Monte Alegre). Entre essas comunidades, quatro dos seis eixos da SOBAL tiveram índices mais baixos (Eixos Modelo de produção, Beneficiamento e comercialização, Políticas públicas e OSC e Cultura e Sistemas alimentares) (Figura 1). Ao passo que a comunidade de Morrinhos ainda possui seu território respeitando as áreas de Reserva Legal. O único eixo onde em média o índice foi baixo foi o de Beneficiamento e comercialização (Figura 1), fortemente influenciado pela especialização no que é comercializado, com alta renda, ou pela ausência de comercialização do que é produzido. Nesta comunidade destacamos uma família que possui uma alta riqueza dos alimentos comercializados para diferentes



mercados locais e regionais, o que lhes garante opções em momentos de crise de algum setor de comercialização ou de problemas em algum cultivo.

Os problemas mencionados de Acesso a recursos afetaram a permanência na terra de famílias que emigraram no início dos anos 2000, afetando aspectos Culturais das comunidades, que relatam uma diminuição dos encontros (OSC) e de trabalhos coletivos entre vizinhos (Modelo de produção). Ainda, o êxodo de jovens por razões de estudo (dada a ausência de escolas) e de trabalho (devido a diminuição das terras e água), tem levado as famílias a um quadro de escassez de mão de obra (Modelo de produção) e a diminuição dos cultivos e das criações, afetando os Sistemas alimentares.

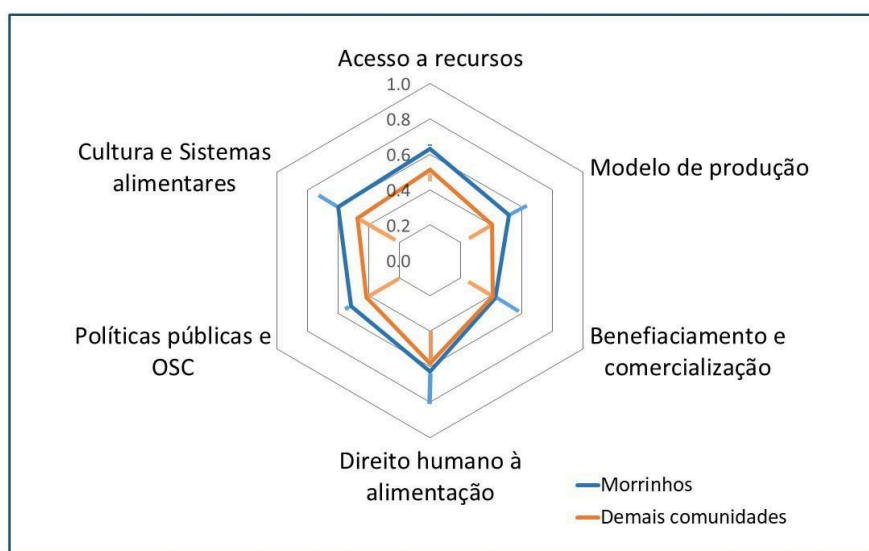


Figura 1: Comparação da avaliação de Soberania alimentar entre as comunidades com problemas que ameaçam seu território e recursos naturais (Demais comunidades em vermelho) e a comunidade de Morrinhos que não sofre essas pressões (em azul). As barras de erros são menos ou mais o desvio padrão da média (índice de 0 a 1). Fonte: elaboração própria.

Dentro do eixo Direito humano à alimentação, a SAN e o processamento e consumo de alimentos foram bem avaliados, contudo há pouca autonomia na produção dos alimentos consumidos. Isso leva a necessidade de maiores compras externas dos alimentos. Dados que o Eixo de Beneficiamento e comercialização não foi expressivo na maioria das comunidades, compreendemos que grande parte do recurso para as compras vem das aposentadorias das famílias, que contam com agricultoras(es) com entre 50 e 60 anos.

Sobre a forma de produzir, os policultivos são fortemente presentes (Modelo de produção), mas com baixa autonomia sobre as sementes utilizadas (Acesso a recursos). Os policultivos são justificados pela frase: “agente sempre fez assim”. Permanecendo como uma tradição na forma de cultivar. Contudo, os conhecimentos sobre as roças de toco se tornaram incompatíveis com a redução do espaço para a



tempo de pousio que necessitam. Então, a solução encontrada pelas famílias foi não mais ter o pousio da roça, mas queimarem no mesmo local. A mudança rápida no sistema ambiental do território inviabilizou a manutenção deste conhecimento tradicional como prática nas comunidades estudadas. Além disso, fez com que as famílias aumentassem a pressão de desmate e da pecuária sobre as áreas de vegetação nativa. Estes pontos são hoje entendidos como “errados” pelas famílias. As comunidades de roça de toco que serão entrevistadas em SC estão em um contexto de reconhecimento e valorização comercial desse sistema na região. Dessa forma, podem fornecer outros padrões sobre a conciliação dos conhecimentos tradicionais, do modelo de produção e da conservação da natureza dentro da SOBAL.

Conclusões

A análise descritiva da avaliação nas comunidades tradicionais em Minas Gerais permitiu compreender alguns links entre os seis eixos da Soberania alimentar, deixando evidente por exemplo que ameaças ao território comprometeram outros eixos, inclusive questões culturais, dos sistemas alimentares e das práticas produtivas. Além disso, temas específicos dentro de cada eixo precisam ser fortalecidos pois afetam negativamente o eixo como um todo. As relações entre os conhecimentos tradicionais, a conservação e as pressões externas mostrou interagir de forma complexa. A discussão desses pontos pode ser trabalhada com as comunidades através de metodologias colaborativas para encontrar soluções viáveis de curto, médio e longo prazo.

Agradecimentos

Agradecemos às famílias que participaram da pesquisa, à equipe do CAV, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao PPG em Agroecossistemas – UFSC.

Referências bibliográficas

BEZERRA, Islandia. Soberania e Segurança alimentar e nutricional. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 713–720. *E-book*.

BRASIL. **Losan: Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**, [S. l.: s. n.].p. 28. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>

CHAPPELL, M. Jahi; SCHNEIDER, Mindi. The new three-legged stool: Agroecology,



food sovereignty and food justice. *In: The routledge handbook of food ethics*. [S. l.: s. n.]. p. 419–429. *E-book*.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. *In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro e São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Fiocruz e Expressão Popular, 2012. p. 113–120. *E-book*.

FAO. **Sustainability Assessment of Food and Agriculture systems (SAFA)**. Rome: [s. n.], 2014.

IBGE. **Biomass e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil**. [S. l.: s. n.]. v. 45 *E-book*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101676.pdf>

LA VÍA CAMPESINA. **Declaration of Nyéléni**. [S. l.]: Nyéléni Village, Sélingué, Mali, 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/IMG/pdf/DeclNyeleni-en.pdf>

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Método DELPHI: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. **Pro-Posições**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 389–415, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0140>

MOTA, Dalva Maria da; SILIPRANDI, Emma; PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Soberania alimentar: Biodiversidade, cultura e relações de gênero**. Brasília: Embrapa e ABA, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a669>

ORTEGA, Miguel. Nuevas herramientas para una nueva agricultura 1. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, [S. l.], v. 14, p. 53–77, 2010.

PEREIRA FERNANDES DA SILVA, Emília *et al.* Metamorfose da chapada: monocultura de eucalipto e tomadas de terras e águas no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Campo-Território**, [S. l.], v. 17, n. 44 Abr., p. 63–89, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT164404>

PIMBERT, Michel P. Constructing knowledge for food sovereignty, agroecology and biocultural diversity - An overview. *In: Food sovereignty, agroecology and biocultural diversity - Constructing and Contesting Knowledge*. London and New York: Taylor e Francis Group, 2018. p. 0–56. *E-book*.

SALAZAR, Alvaro *et al.* Land use and land cover change impacts on the regional climate of non-Amazonian South America: A review. **Global and Planetary Change**, [S. l.], v. 128, p. 103–119, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloplacha.2015.02.009>

SCHLICHTER, Tomás; MONTES, Leopoldo. Tree Plantation in South America and the Water Cycle: Impacts and Emergent Opportunities. *In: SCHLICHTER, Tomás; MONTES, Leopoldo (org.). Forests in Development: A Vital Balance*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2012. v. 9789400725p. 53–63. *E-book*. Disponível em:



<https://doi.org/10.1007/978-94-007-2576-8>

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; KEPPLER, Anne W. Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar – EBIA Instrumento útil para identificação de vulnerabilidades e violação do direito humano à alimentação adequada. **Revista de Debates da FASE - PROPOSTA**, [S. l.], v. 130, p. 16–21, 2021.